

SUBJETIVIDADE NEGRA: PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E PERTENCIMENTO**BLACK SUBJECTIVITY: PROCESSES OF IDENTIFICATION AND BELONGING** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.069-008>**Vitória Maria Santos Silva**

Graduanda em Psicologia -Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

E-mail: mv.vitoria20@gmail.com

Gilian Evaristo França Silva

Doutor em História - Instituto Federal Catarinense (IFC)

E-mail: gilian.silva@ifc.edu.br

Resumo

O presente capítulo analisa a constituição da subjetividade negra a partir das relações entre racismo, processos de identificação, reconhecimento e pertencimento racial. O estudo caracteriza-se como pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter teórico, desenvolvida a partir da leitura, análise e articulação de produções teóricas selecionadas de acordo com sua pertinência ao problema e aos objetivos propostos, utilizando o fichamento como recurso para organização do material analisado. O objetivo consiste em analisar as relações entre racismo e constituição da subjetividade negra, considerando as contribuições de Susana Molon, Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Maria Aparecida Bento e Ricardo Franklin Ferreira. Os resultados evidenciam que a desvalorização racial não constitui característica inerente ao sujeito negro, mas está relacionada a processos históricos que produziram hierarquias raciais e estabeleceram a branquitude como referência de valor e reconhecimento. Também apontam que os efeitos do racismo alcançam a dimensão subjetiva, incidindo sobre a relação dos sujeitos com seus corpos, trajetórias, ideais e pertencimentos, enquanto a análise da branquitude evidencia mecanismos sociais e psicossociais envolvidos na manutenção de posições de privilégio. Por fim, demonstra-se que a subjetividade negra não se constitui exclusivamente sob os efeitos da violência racial, envolvendo também movimentos de questionamento, resistência, ressignificação e construção de novas formas de identificação e pertencimento. Conclui-se que compreender a subjetividade negra exige articulá-la às condições históricas e sociais que participam da produção das desigualdades raciais, sem desconsiderar as possibilidades de transformação construídas pelos sujeitos em suas relações sociais.

Palavras-chave: Branquitude; Identidade; Pertencimento racial; Racismo; Subjetividade negra.

Abstract

This chapter analyzes the constitution of Black subjectivity based on the relationships between racism, processes of identification, recognition, and racial belonging. The study is characterized as qualitative and theoretical research, developed through the reading, analysis, and articulation of theoretical works selected according to their relevance to the research problem and objectives, using note-taking as a resource for organizing the analyzed material. The objective is to analyze the relationships between racism and the constitution of Black subjectivity, considering the contributions of Susana Molon, Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Maria Aparecida Bento, and Ricardo Franklin Ferreira. The results show that racial devaluation is not an inherent characteristic of Black individuals, but is related to historical processes that produced racial hierarchies and established whiteness as a reference for value and recognition. They also indicate that the effects of racism reach the subjective dimension, affecting individuals' relationships with their bodies, trajectories, ideals, and sense of belonging, while the analysis of whiteness reveals social and psychosocial mechanisms involved in maintaining positions of privilege. Finally, the study demonstrates that Black subjectivity is not constituted exclusively through the effects of racial violence, but also involves processes of questioning, resistance, resignification, and the construction of new forms of identification and belonging. It is concluded that understanding Black subjectivity requires relating it to the historical and social conditions that contribute to the production of racial inequalities, without disregarding the possibilities for transformation constructed by individuals in their social relationships.

Keywords: Black subjectivity; Identity; Racial belonging; Racism; Whiteness.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Maia e Zamora (2018), o racismo na sociedade brasileira ultrapassa a produção de desigualdades sociais e econômicas, alcançando também os processos de constituição das subjetividades. As autoras destacam que a política histórica de branqueamento, constituída como um projeto estatal e demográfico pautado na valorização da população branca e na expectativa de progressivo desaparecimento da população negra por meio da miscigenação, não se encerrou com o fim de sua institucionalização, uma vez que seus efeitos permaneceram inscritos nas relações sociais e nos modos de subjetivação. Nesse processo, a branquitude passou a ocupar uma posição de referência, produzindo hierarquias que ainda se atualizam nas experiências cotidianas (Maia; Zamora, 2018). A partir dessas contribuições, compreende-se que a permanência dessa lógica racial também incide sobre as formas pelas quais os sujeitos negros constroem a percepção de si, de seus corpos e de seu lugar no mundo.

Nesse sentido, Maia e Zamora (2018) apontam que os efeitos do branqueamento também alcançam o reconhecimento da própria história e ancestralidade, uma vez que a valorização de referências brancas

pode dificultar a identificação com a cultura negra e com seus pertencimentos. As autoras ressaltam, ainda, que esse processo não produz efeitos apenas sobre a população negra, mas também atravessa a experiência da população branca, na medida em que os privilégios associados à branquitude tendem a permanecer naturalizados e pouco reconhecidos. Desse modo, o racismo atravessa os processos de subjetivação de diferentes maneiras, marcando tanto a experiência da população negra quanto a vivência da branquitude.

Compreender a subjetividade negra implica considerar que os processos de constituição dos sujeitos acontecem dentro de relações históricas, sociais, econômicas e culturais atravessadas por relações de poder. Para Foucault (2014), o poder não deve ser visto como algo concentrado exclusivamente em uma instituição ou em um grupo que o possuiria e exerceria sobre outros. Pelo contrário, o autor sugere compreendê-lo como uma multiplicidade de correlações de força que se produzem nas relações sociais e que são constitutivas da própria organização dessas relações. Nesse sentido, as relações de poder não atuam apenas por meio da repressão ou interdição, mas possuem também um caráter produtor, participando da constituição de saberes, discursos, práticas e formas de conduta.

Essa compreensão contribui para analisar de que maneira os processos de subjetivação são atravessados pelas relações de poder-saber. Foucault (2014) argumenta que não há, de um lado, um campo de saber constituído de maneira neutra e, de outro, um poder que posteriormente o controla; ao contrário, saber e poder articulam-se mutuamente na constituição de determinados objetos e modos de experiência. A partir dessa compreensão, pode-se considerar que as experiências dos sujeitos negros são constituídas no interior de relações históricas e sociais que produzem discursos, classificações e posições de sujeito. Portanto, a subjetividade negra não é tomada como uma essência previamente dada, mas como constituída em processos históricos nos quais os sujeitos são atravessados por relações de poder e, simultaneamente, podem produzir movimentos de resistência, deslocamento e ressignificação.

A partir dessa perspectiva, torna-se relevante analisar de que maneira as experiências produzidas pelo racismo participam dos processos de identificação, pertencimento e reconhecimento dos sujeitos negros. Logo, o problema que orienta esta discussão consiste em compreender como relações raciais historicamente estruturadas participam da constituição da subjetividade negra e de que modo seus efeitos ultrapassam as manifestações diretas da discriminação, alcançando as formas pelas quais os sujeitos constroem sentidos sobre si mesmos, seus corpos, suas trajetórias e seus pertencimentos.

A relevância dessa discussão está na necessidade de compreender o racismo para além de suas expressões materiais e institucionais, reconhecendo também sua dimensão subjetiva. Contudo, essa abordagem exige cuidado para que a experiência negra não seja reduzida exclusivamente aos efeitos da violência racial ou ao sofrimento produzido pela inferiorização. A constituição da subjetividade também envolve movimentos de resistência, ressignificação e construção de novas referências relacionadas à identidade e ao pertencimento racial.

Assim, este capítulo tem como objetivo analisar as relações entre racismo e constituição da subjetividade negra, considerando as contribuições de Susana Molon, Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Maria Aparecida Bento e Ricardo Franklin Ferreira. A discussão parte de uma compreensão da subjetividade orientada pela perspectiva sócio-histórica, buscando analisar como as relações raciais participam da produção de sentidos sobre si e sobre o mundo. Para isso, são abordados os processos de inferiorização racial e suas implicações na constituição subjetiva, a formação de ideais associados à branquitude, os mecanismos sociais que contribuem para a manutenção do privilégio branco e as possibilidades de transformação da identidade negra por meio do reconhecimento, do pertencimento e da construção de novas referências.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

O presente capítulo caracteriza-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter teórico. A abordagem qualitativa possibilita a compreensão aprofundada dos fenômenos a partir dos significados, relações e diferentes dimensões que os constituem, não tendo como foco a quantificação dos dados (Guerra et al., 2024). Nesse sentido, o estudo foi desenvolvido com o propósito de compreender as relações entre racismo e constituição da subjetividade negra, por meio da articulação de diferentes contribuições teóricas relacionadas à subjetividade, às relações raciais, à identificação e ao pertencimento.

Quanto ao caráter teórico, o estudo fundamenta-se na compreensão de que a produção do conhecimento também pode ocorrer por meio da análise e da discussão de conhecimentos teóricos já produzidos. Segundo Salina e Asbahr (2024), a pesquisa teórica constitui uma modalidade legítima de produção de conhecimento e não deve ser compreendida como mera reprodução ou descrição de formulações existentes. Seu desenvolvimento envolve a análise das produções teóricas em relação ao objeto investigado, considerando os conceitos, argumentos e relações que contribuem para a compreensão de determinado fenômeno. Nessa perspectiva, este capítulo não teve como objetivo a produção ou mensuração de dados empíricos, mas a análise de produções teóricas selecionadas em função de sua pertinência ao problema e aos objetivos propostos.

2.2 TÉCNICAS

Para o desenvolvimento da discussão, foram realizadas a leitura e a análise das obras selecionadas, com atenção aos conceitos e argumentos relacionados ao problema investigado. As contribuições dos autores foram colocadas em diálogo, buscando estabelecer relações entre diferentes perspectivas sobre a constituição da subjetividade negra. Inicialmente, recorreu-se à contribuição de Molon (2011) para a compreensão da subjetividade a partir da perspectiva sócio-histórica. Em seguida, foram analisadas as

contribuições de Fanon (2008), Souza (1983), Bento (2002) e Ferreira (2002), considerando as discussões desenvolvidas por esses autores acerca da inferiorização racial, da constituição psíquica, da branquitude e dos processos de identificação e construção da identidade afrodescendente.

2.3 INSTRUMENTOS

Para a organização do material teórico, foi utilizado o fichamento das obras selecionadas. Segundo Francelin (2016), o fichamento constitui um procedimento de documentação e estudo que possibilita a organização das informações e ideias presentes no material consultado. A partir desse procedimento, foram registrados conceitos, argumentos e discussões considerados relevantes para o desenvolvimento do capítulo, especialmente aqueles relacionados à subjetividade, ao racismo, à branquitude, à identificação, ao pertencimento e à construção da identidade negra. Esses registros contribuíram para a posterior articulação das contribuições dos diferentes autores na construção dos resultados e da discussão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Susana Molon (2011), na perspectiva sócio-histórica, o sujeito é constituído nas relações com os outros e por meio da linguagem em razão dos processos de significação que articulam dimensões individuais, sociais e históricas. Nessa concepção, a subjetividade é simultaneamente constituída e constituinte das relações sociais, de modo que os sentidos que os sujeitos produzem sobre si mesmos, sobre os outros e sobre o mundo estão relacionados às experiências e às condições concretas em que suas vidas são vividas (Molon, 2011). Dessa forma, para entender a constituição da subjetividade, é necessário considerar os processos históricos, econômicos e sociais que atravessam as vivências das pessoas e contribuem para a produção de sentidos sobre suas próprias existências.

Dessa maneira, o racismo se revela não somente como um fator gerador de disparidades materiais e sociais, mas também como uma vivência que permeia os caminhos da identidade, do pertencimento e da formação de significados sobre o próprio eu (Fanon, 2008; Souza, 1983). Baseando-se nos trabalhos de Fanon (2008) e Souza (1983), é possível notar que, em um contexto social com profundas desigualdades raciais estruturais, os valores, as imagens e os padrões de identificação socialmente moldados atuam na formação das vivências subjetivas das pessoas negros.

Contudo, essa discussão deve ser conduzida com cuidado, de modo que a subjetividade negra não seja compreendida apenas a partir dos efeitos da violência racial, nem limitada à experiência do sofrimento. Considerando que os indivíduos são constituídos nas relações sociais, essas mesmas relações também abrigam disputas, resistências e a produção de novos significados sobre si (Molon, 2011). Nesse sentido, a formação da identidade negra também envolve processos de reconhecimento, identificação e elaboração de

referências novas, possibilitando a ressignificação das experiências e a construção de outras formas de relação consigo e com o pertencimento racial (Bento, 2002; Ferreira, 2002).

É a partir dessa compreensão que a relação entre racismo e construção subjetiva pode ser analisada na obra de Fanon (2008). Ao discutir a relação entre colonizador e colonizado, o autor critica as tentativas de explicar essa relação exclusivamente a partir de características psicológicas próprias dos sujeitos. Ao problematizar o chamado complexo de dependência do colonizado, Fanon questiona a interpretação de Mannoni, segundo a qual existiria no sujeito colonizado uma disposição psicológica capaz de explicar sua condição de dependência. Para Fanon (2008), essa interpretação desconsidera as condições sociais e materiais nas quais tais relações são produzidas. Desse modo, a forma como os sujeitos pensam, sentem e se relacionam consigo mesmos e com os outros não pode ser separada das condições históricas e sociais nas quais estão inseridos.

Nessa direção, Fanon (2008) afirma que as categorias de branco e negro não aparecem como realidades naturais e independentes, mas são produzidas no interior de uma relação histórica marcada pela colonização e pela atribuição desigual de valor aos sujeitos. Para ele, o branco ocupa o lugar daquele que é tomado como referência, enquanto o negro é produzido como aquele que se encontra em posição de inferioridade. É nesse contexto que se pode compreender a afirmação de que o negro busca projetar-se no branco: diante de uma sociedade na qual a branquitude é apresentada como referência de reconhecimento, o sujeito negro pode ser levado a buscar nesse modelo uma possibilidade de valorização (Fanon, 2008). Logo, a dinâmica descrita pelo autor evidencia que os processos de identificação são atravessados pelas formas sociais de reconhecimento e pelos valores produzidos pela sociedade colonial.

A busca por valorização mediante a aproximação com o modelo branco também pode ser observada na análise que Fanon (2008) desenvolve sobre a linguagem. Para o autor, a apropriação da língua da metrópole não constitui apenas um aprendizado instrumental, pois envolve a incorporação de referências culturais e sociais associadas àquele que ocupa uma posição de poder. Nesse contexto, a linguagem participa das relações de reconhecimento e distinção estabelecidas pela sociedade colonial. Ao buscar dominar a língua socialmente valorizada, o sujeito negro pode procurar aproximar-se dos referenciais associados ao colonizador e afastar-se das características que a ordem colonial inferioriza (Fanon, 2008). Diante disso, a linguagem torna-se um espaço no qual também se manifestam conflitos relacionados à identificação, ao pertencimento e à busca por reconhecimento.

Assim, a análise de Fanon (2008) permite entender que o colonialismo e o racismo não se restringem às condições externas de dominação, mas também participam da produção de modos de percepção e identificação. A relação negro-branco é apresentada pelo autor como atravessada por um movimento no qual o sujeito negro é colocado diante da exigência de aproximação com a branquitude, enquanto o branco

permanece na posição de referência. Dessa maneira, o problema racial alcança também as formas pelas quais os sujeitos passam a se autoperceber e a buscar reconhecimento.

Se Fanon (2008) possibilita entender que a inferiorização do sujeito negro é produzida em relações sociais e históricas, Souza (1983) aproxima essa discussão dos efeitos que esse processo pode produzir na constituição psíquica. A autora desenvolve uma interpretação sobre os modos pelos quais o racismo e a ideologia racial participam da constituição da subjetividade negra em uma sociedade marcada pela hegemonia branca. Dessa forma, a dimensão social do racismo articula-se também aos processos de constituição psíquica do sujeito.

Segundo Souza (1983), a violência racista participa da constituição de um ideal de ego branco. Para ela, em uma sociedade onde a hegemonia branca predomina, os brancos são apresentados como modelos a serem seguidos, associados a atributos valorizados socialmente como beleza, riqueza, inteligência, poder e prestígio. Diante disso, o sujeito negro enfrenta um modelo de valor que lhe é imposto como referência, embora esse modelo esteja associado a características que desvalorizam sua própria condição racial.

A autora explica que o ideal de ego se relaciona à exigência de aproximação entre o ego e o modelo que o sujeito toma como referência, de modo que, quando essa aproximação é dificultada, podem surgir tensão, culpa, medo e sentimentos de inferioridade. No caso do sujeito negro, essa dinâmica assume uma particularidade, pois o modelo valorizado socialmente se baseia em referências brancas. Assim, a distância entre o sujeito e o ideal que lhe é apresentado não pode ser compreendida apenas como uma dificuldade individual de alcançar determinado padrão, mas precisa ser relacionada às condições sociais e raciais que definem quais características são reconhecidas como desejáveis e valorizadas.

Sob essa pressão, o próprio corpo pode passar a ser vivido de maneira dolorosa, como aquilo que marca e denuncia a condição racial do sujeito. Nesse processo, a experiência do corpo negro deixa de estar relacionada apenas às possibilidades de satisfação e prazer e passa a ser atravessada pela dor, pelo estigma e pela necessidade constante de lidar com aquilo que é socialmente associado à inferioridade (Souza, 1983). A negação da própria condição racial pode surgir, então, como consequência da necessidade de aproximação com o ideal socialmente valorizado. Nesse contexto, o ideal de ego branco está associado a diferentes formas de poder e prestígio, enquanto as representações da negritude são frequentemente construídas de maneira negativa. Nesse sentido, a negação não se restringe necessariamente à aparência física, podendo alcançar a história familiar, os valores, as referências culturais e o próprio pertencimento racial.

Souza (1983) evidencia como a estrutura social marcada pela hegemonia branca alcança a dimensão psíquica, incidindo sobre a relação do sujeito negro consigo mesmo e sobre a construção de sua imagem, de seu ideal de ego e de seu pertencimento racial. Entretanto, essa compreensão exige cuidado para que a responsabilidade pelo branqueamento não recaia sobre o próprio sujeito negro. É nesse ponto que Bento

(2002) amplia a discussão ao deslocar o olhar para a posição ocupada pela população branca na construção e manutenção desse processo.

Para a autora, o branqueamento não deve ser compreendido apenas como resultado do desejo do sujeito negro de se aproximar do branco, pois, nessa interpretação, o branco tende a permanecer pouco visível, aparecendo como referência universal de humanidade e como modelo a ser alcançado pelos grupos racializados. Bento chama atenção justamente para essa ausência, evidenciando a necessidade de questionar as condições históricas e sociais que fizeram da branquitude uma posição privilegiada nas relações raciais.

Nesse contexto, Bento (2002) mostra que o branqueamento foi historicamente construído e sustentado pela elite branca brasileira, ainda que tenha sido frequentemente apresentado como um problema do negro. A autora evidencia que esse processo contribuiu para a manutenção de posições de privilégio e para a produção de representações negativas sobre a população negra. Assim, deslocar a análise exclusivamente para o desejo de aproximação do sujeito negro significa deixar em segundo plano as relações históricas que produziram e sustentaram a branquitude como posição de referência.

A centralidade da branquitude na condução do processo histórico de branqueamento no Brasil, apontada por Bento (2002), articula-se também a uma dimensão psicossocial relacionada ao medo e à busca por autopreservação. Ao recuperar o contexto posterior à abolição da escravidão, a autora demonstra que o ideal de branqueamento nacional surge como uma resposta defensiva diante da expressiva presença da população negra. Esse contingente populacional passou a ser representado como ameaçador pelas estruturas de poder, o que contribuiu para o financiamento estatal de políticas de imigração europeia como estratégia de diluição das características raciais da população brasileira (Bento, 2002). Dessa forma, a tentativa de assimilação da população negra por meio do cruzamento inter-racial pode ser analisada como um mecanismo relacionado à manutenção da hegemonia econômica e simbólica do grupo que ocupava a posição de referência.

Bento (2002) também demonstra que a identificação com determinado grupo não envolve apenas o compartilhamento de características, mas estabelece relações de pertencimento capazes de fortalecer vínculos, proteger valores e produzir solidariedade entre aqueles que se reconhecem como parte de um mesmo grupo. Ao mesmo tempo, esse movimento pode estabelecer fronteiras entre quem pertence e quem permanece de fora, dificultando o reconhecimento das experiências e do sofrimento daqueles que não são percebidos como parte do mesmo círculo de pertencimento.

Para além do descompromisso político que pode se estabelecer nas fronteiras do pertencimento, essa dinâmica também envolve processos psicanalíticos discutidos por Bento (2002) por meio das noções de ódio narcísico e projeção. A partir do diálogo com Adorno e Horkheimer, a autora explica que a conservação de uma estrutura social hierarquizada exige que o grupo dominante afaste de si determinados conflitos e características que não reconhece como legítimos em seu próprio modelo. Produz-se, então, um mecanismo

psicossocial no qual determinados conteúdos negativos são projetados no outro, especificamente no sujeito negro, que passa a ocupar a posição de elemento estigmatizado. Ao externalizar esses conteúdos, o grupo que se coloca como padrão universal preserva uma imagem positiva de si e constrói justificativas para o distanciamento moral e para a ausência de mobilização diante do sofrimento alheio.

A experiência relatada por Bento (2002) em sua atuação no movimento feminista contribui para ilustrar concretamente essa dinâmica. Ao observar que a realidade das mulheres negras não foi discutida durante um seminário voltado à discriminação das mulheres no ambiente de trabalho, apesar de já existirem dados que apontavam sua condição de maior discriminação no mercado de trabalho, a autora identifica o que denomina indignação narcísica (Bento, 2002). Nesse caso, havia indignação diante da violação dos direitos das trabalhadoras, mas essa indignação não se manifestava da mesma forma quando a violência atingia mulheres negras.

A partir desse exemplo, Bento (2002) evidencia como o pertencimento a determinado grupo pode influenciar a forma como os sujeitos percebem e respondem ao sofrimento daqueles que consideram seus semelhantes. A identificação com o próprio grupo pode reforçar a defesa de seus valores e interesses, ao mesmo tempo em que pode produzir distanciamento em relação àqueles que não são reconhecidos como pertencentes, estabelecendo relações entre pertencimento e exclusão. Nesse sentido, a autora entende a exclusão também como uma forma de descompromisso político diante do sofrimento do outro, relacionando esse processo à exclusão moral. Esse fenômeno ocorre quando determinados indivíduos ou grupos são colocados fora dos limites nos quais determinadas normas e valores são reconhecidos como legítimos (Bento, 2002). Portanto, a exclusão não depende necessariamente de uma rejeição direta ou de uma ação explicitamente discriminatória, podendo manifestar-se também por meio do distanciamento, do silêncio e da ausência de compromisso diante da violência que atinge aqueles que não são percebidos como parte do próprio grupo.

Essa discussão permite entender a branquitude não apenas como uma posição de referência, mas também como uma forma de pertencimento capaz de contribuir para a preservação de interesses e privilégios. Bento (2002) demonstra que essa dinâmica não precisa ocorrer de forma consciente ou assumir a forma de ações deliberadas. Ela pode manifestar-se na dificuldade de reconhecer determinadas desigualdades, na ausência de mobilização diante do sofrimento de outros grupos ou no silêncio em torno das condições que favorecem aqueles que ocupam posições privilegiadas.

A aproximação entre Souza (1983) e Bento (2002) permite ampliar a compreensão sobre a relação entre branqueamento e subjetividade. Enquanto Souza possibilita compreender os efeitos psíquicos produzidos pela construção de um ideal de ego marcado pela branquitude, Bento chama atenção para as relações sociais e os mecanismos de pertencimento que contribuem para sustentar o lugar privilegiado ocupado pelo branco.

É nesse contexto que a contribuição de Ferreira (2002) amplia a discussão ao abordar a formação da identidade negra. Ao apresentar esse processo por meio das fases de submissão, impacto, militância e articulação, o autor possibilita compreender diferentes movimentos na relação do sujeito negro com sua identidade. Esses estágios não precisam ser compreendidos como etapas fixas e lineares, mas como um percurso de transformação na forma como o indivíduo se percebe, interpreta sua condição racial e estabelece relações com as referências culturais e sociais que participam da construção de sua identidade.

No estágio de submissão, o sujeito tende a adotar os valores da cultura branca dominante como referência, atribuindo-lhes maior importância e podendo, conseqüentemente, diminuir o valor de aspectos relacionados à própria identidade afrodescendente. Nesse momento, a identidade é caracterizada pela assimilação de referências que posicionam a branquitude como superior (Ferreira, 2002). Essa dimensão aproxima-se da discussão desenvolvida por Souza (1983), especialmente no que se refere aos efeitos produzidos por um ideal de ego constituído a partir de referências brancas.

No contexto brasileiro, Ferreira (2002) aponta que essa submissão pode ser mediada pelo silêncio familiar e pelo uso de eufemismos, como o termo “moreno”, que funcionam como estratégias simbólicas de fuga de uma realidade discriminatória e podem favorecer a busca por identificação com o grupo considerado social e economicamente dominante. Dessa maneira, a contribuição do autor permite observar como os processos de identificação também são atravessados pelas formas sociais disponíveis para nomear, reconhecer ou evitar o pertencimento racial.

O estágio de impacto, por sua vez, marca um momento de ruptura e confronto com essa identificação anteriormente estabelecida. Para Ferreira (2002), a experiência da discriminação e o reconhecimento de sua dimensão racial podem provocar uma tomada de consciência acerca da condição de pertencimento ao grupo negro. O sujeito passa a questionar referências anteriormente incorporadas e a perceber sua identidade de outra maneira. A negritude começa a adquirir novos significados, deixando de estar vinculada exclusivamente às representações negativas que anteriormente orientavam a percepção do sujeito (Ferreira, 2002). Esse movimento pode ser impulsionado pelo acúmulo de experiências de discriminação e pelo contato com situações que tornam mais evidente a dimensão racial das relações sociais.

Na fase da militância, o autor afirma que esse processo se aprofunda por meio da aproximação com grupos, movimentos e espaços nos quais a identidade e a cultura negra são valorizadas. O indivíduo encontra novas referências para sua identificação e passa a participar de maneira mais ativa da construção de significados positivos para sua condição racial. A identidade negra deixa de ser apenas uma condição definida pelo olhar da sociedade e passa também a constituir uma referência assumida pelo próprio sujeito (Ferreira, 2002). Nesse sentido, a militância pode contribuir para a construção de novas referências de pertencimento e valorização da identidade negra.

No estágio de articulação, a identidade afrodescendente encontra-se de forma mais integrada à vida do indivíduo. Segundo Ferreira (2002), a condição racial e as referências relacionadas à cultura afrodescendente passam a ocupar um lugar importante na maneira como o sujeito se compreende, estabelece relações e direciona sua vida. Para ele, a identidade negra não precisa mais ser negada ou colocada em segundo plano para que o indivíduo possa construir uma imagem positiva de si e ocupar seu lugar na sociedade.

O percurso apresentado por Ferreira (2002) permite entender que a identidade afrodescendente pode passar por processos de transformação nos quais referências anteriormente associadas à inferiorização são questionadas e novas possibilidades de identificação são construídas. Sua contribuição dialoga diretamente com a reflexão desenvolvida por Souza (1983): enquanto a imposição de padrões eurocêtricos pode contribuir para uma relação negativa com a própria identidade, a aproximação com referências positivas relacionadas à negritude pode favorecer outras formas de reconhecimento e pertencimento.

Contudo, esse processo não implica que o racismo seja superado por meio de uma transformação individual ou que a construção de novas formas de identificação ocorra independentemente das condições sociais. O percurso descrito por Ferreira desenvolve-se em uma sociedade ainda marcada por relações raciais desiguais. Assim, a transformação das formas de identificação não elimina as estruturas que produzem desigualdades, mas pode ampliar as possibilidades de posicionamento do sujeito diante delas.

Assim, ao aproximar as contribuições de Molon (2011), Fanon (2008), Souza (1983), Bento (2002) e Ferreira (2002), torna-se possível entender a subjetividade negra como constituída no interior de processos históricos e sociais que produzem hierarquias, referências de valor e formas específicas de reconhecimento. Fanon evidencia o caráter histórico da inferiorização racial; Souza demonstra como a hegemonia branca pode participar da constituição de um ideal de ego; Bento desloca o olhar para os mecanismos sociais e psicossociais que sustentam os privilégios associados à branquitude; e Ferreira permite compreender os processos por meio dos quais novas formas de identificação e pertencimento podem ser construídas.

4 CONCLUSÃO

Este capítulo teve como objetivo analisar as relações entre racismo e constituição da subjetividade negra, considerando as contribuições de Fanon (2008), Souza (1983), Bento (2002) e Ferreira (2002). A partir da discussão realizada, foi possível compreender que a subjetividade negra se constitui em meio a relações sociais e históricas atravessadas pelo racismo, que participam da produção de sentidos sobre identidade, corpo, pertencimento e reconhecimento.

A articulação entre os autores possibilitou compreender que a inferiorização racial não deve ser atribuída a características individuais do sujeito negro, mas relacionada às condições sociais que historicamente produziram a branquitude como referência de valor e reconhecimento. Ao mesmo tempo, a

discussão evidenciou que os efeitos dessas relações não determinam de forma absoluta a experiência dos sujeitos, uma vez que também existem possibilidades de resistência, reconhecimento e ressignificação da identidade negra.

Nesse sentido, a principal contribuição da discussão está em compreender a subjetividade negra para além dos efeitos do sofrimento e da discriminação racial, considerando também os processos de construção de pertencimento e de referências novas sobre a negritude. Essa compreensão permite deslocar a análise de uma perspectiva exclusivamente individual, reconhecendo que a constituição subjetiva está relacionada às condições sociais e históricas nas quais os sujeitos estão inseridos.

Por se tratar de um estudo de caráter teórico, a análise não pretendeu esgotar a complexidade das experiências relacionadas à subjetividade negra. Pesquisas futuras podem ampliar essa discussão por meio de estudos empíricos que considerem diferentes experiências de identidade, pertencimento e reconhecimento, bem como as especificidades relacionadas a gênero, classe, geração e território. Conclui-se que compreender a subjetividade negra implica reconhecer tanto os efeitos das relações raciais historicamente construídas quanto às possibilidades de transformação produzidas pelos sujeitos e pelos espaços de pertencimento.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-58.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Ricardo Franklin. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. **Psicologia & Sociedade**, v. 14, n. 1, p. 69-86, jan./jun. 2002. DOI: 10.1590/S0102-71822002000100005.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Fichamento como método de documentação e estudo. In: **Tópicos para o ensino de biblioteconomia: volume I**. São Paulo: ECA-USP, 2016. p. 190. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002749741.pdf>

GUERRA, A. de L. e R.; STROPARO, T. R.; COSTA, M. da; CASTRO JÚNIOR, F. P. de; LACERDA JÚNIOR, O. da S.; BRASIL, M. M.; CAMBA, M. Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 7, p. e4019, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i7.4019. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019>

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, v. 30, n. 2, p. 265-286, 2018.

MOLON, S. I. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 4, p. 613-622, out. 2011.

SALINA, A. P.; ASBAHR, F. da S. F. A pesquisa teórica a partir do método materialista histórico-dialético. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 688–706, 2024. DOI: 10.9771/gmed.v16i1.56130. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/56130>

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro, ou, as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.